

O CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL (1964-1985/2019-2022) E SEUS REFLEXOS NA CARREIRA DOCENTE

Paulo Sergio Rodrigues Sampaio Junior¹

Eixo 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer ao debate as consequências do cenário político do Brasil sobre a carreira docente, buscando realizar uma análise comparativa entre o período da Ditadura (1964-1985) e o Governo Bolsonaro (2019-2022). Como procedimentos metodológicos, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, apontamos algumas similaridades entre os dois períodos em estudo, dentre as quais destacamos a falta de investimento na Educação, a forte interferência política e ideológica no currículo da educação básica e, consequentemente, no controle da prática docente, e as alterações curriculares que buscaram fragmentar a formação inicial, encaminhando-a para um viés tecnicista e instrumentalista.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Sociedade; História; Narrativas; Docente.

Introdução

A área da educação sempre esteve à mercê de interesses de natureza política, os quais foram mudando drasticamente ao longo do percurso histórico da educação. Nesse sentido, o objeto de estudo dessa pesquisa é o cenário político brasileiro, especificamente no recorte de dois períodos históricos: Governo Bolsonaro (2019-2022) e Ditadura Militar (1964-1985).

Várias são as inquietações que culminaram na escolha do assunto objeto desse estudo. Dentre elas, a percepção de algumas semelhanças entre os encaminhamentos políticos para a área da Educação no período do governo Bolsonaro e no período da Ditadura Militar. A pergunta central que direcionou o nosso olhar neste estudo foi: o conhecimento sobre as políticas educacionais dos referidos períodos pode trazer à tona um novo entendimento sobre o papel dos professores e os novos desafios que surgiram para a sua profissão?

Tendo em vista esse questionamento e seus atravessamentos, o objetivo deste estudo é analisar as possíveis consequências das interferências políticas para o dia a dia do docente.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, apresentada neste trabalho em duas seções: na primeira, trazemos algumas considerações sobre o cenário educacional no período da Ditadura Militar; na segunda, traçamos um paralelo entre o referido período e o Governo Bolsonaro.

Esperamos que a pesquisa possa despertar novos questionamentos, para que, dessa forma, possa contribuir para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

O desenvolvimento da Metodologia bibliográfica desenvolvida na pesquisa, teve como parâmetro a escolha de autores e obras que seriam capazes de dar subsídios para uma análise dos estudos que já foram desenvolvidos a respeito da Governo Bolsonaro (2019-2022) e Ditadura Militar (1964-1985).

¹ Licenciado em Pedagogia (Faed/UFMS). Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Narrativas Formativas (Gepenaf).

As bases fundamentais para esse recorte do aspecto histórico e das políticas públicas, tiveram o estudo através dos autores: Márcia Angela da Silva Aguiar (2019), Márcia Angela da Silva Aguiar (2019), Maria João Carvalho (2015), Luciana Santos Collier (2023), Dário Fiorentini (2006), Graziela Rossetto Giron (2012), José Willington Germano (1993), Moysés Junior Kuhlmann (2005), Emerson Augusto Medeiros (2018), Ângela Maria S Portelinha (2016), Maria da Conceição Passeggi (2021), Letícia Maria Schabbach (2021), Leda Scheibe (2001), Antônio Joaquim Severino (2001), Maria Vieira Silva (2019), Fritz Schütze (1983), Hermilio Santos (2014), Elizeu Clementino Souza (2014). Essa foi a base teórica que serviu para dar a fundamentação necessária para o recorte histórico, é também o viés das políticas públicas que foram elencadas para a formação profissional.

Entres os textos utilizados em na pesquisa, houveram desde: livros, artigos científicos, periódicos, Documentos federais e artigos. O processo de seleção do subsídio teórico para essa pesquisa se deu, como a adoção de autores que teriam um enfoque em registros sobre o período da Ditadura Militar (1964-1985) e sobre os impacto sobre a formação docente e sua pratica no Governo Bolsonaro (2019-2022), analisando fatos históricos que estão ligados a educação a atividade docente em ambos os períodos, que traziam um olhar sobre as políticas públicas que consolidavam a pratica docente e Análise de documentos fundamentais focando nessa comparação entre os dois cenários da pratica docente através de uma análise histórica.

As obras utilizadas na fundamentação dessa pesquisa bibliográfica são: Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE (2019), Pela Organização da Escola e do Ensino: o self-government de António Sérgio (2019), Educação Física escolares pós pandemia e governo Bolsonaro: desafios e perspectivas (2023), A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores (2006), Desenvolvimento Profissional Docente: Um Termo Guarda-Chuva ou um novo sentido à formação? (2013), A Influência da Política, no Planejamento e da Gestão Educacional na Formação Social do Indivíduo (2012), Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985) (1993), A educação Infantil no século XX (2005) O método (auto) biográfico e de histórias de vida: reflexões teórico-metodológicas a partir da pesquisa em educação (2018).

As DCN/2019 para a formação de professores: tensões e perspectivas para o curso de Pedagogia (2021), Reflexividade Narrativa e Poder Auto(trans)formador (2021), Novos autores nas políticas educacionais: o Ministério Público e o Tribunal de Contas (2021), A construção de base comum nacional para a formação de profissionais da educação no Brasil (2001), Pesquisa em Educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador (2001), Cenário econômico e político mundial e tensões contemporâneas na educação: narrativas e concepções de pesquisadores no vi seminário da educação brasileira (2019), Pesquisa Biográfica e Entrevista Narrativa (1983), Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas (2014) e Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido (2014). Todas as Obras citadas foram ferramenta fundamental para a construção do recorte histórico que será apresentado ao longo da pesquisa.

O Período Ditatorial e suas consequências para a formulação do modelo da carreira docente no Brasil

Para a análise do cenário político que se instaurou no período de 2019 a 2022 e sua relação com a profissão do docente, se faz necessário primeiramente voltarmos em um tempo da história de nosso país que ficou conhecido como período de Ditadura Militar, instaurado no ano de 1964, tendo seu término em 1985. Nesse período, com a promulgação da Lei nº 5.692/1971, houve uma reformulação do ensino, e a formação do profissional da educação passou por transformações, sendo instaurada uma formação fragmentada, aligeirada, distanciada da perspectiva pedagógica, com enfoque em um viés tecnicista e seguindo a lógica capitalista de que era necessário atender à demanda do mercado por novos professores.

O período da Ditadura Militar trouxe mudanças que ainda resistem e demonstram seus reflexos em nossa atualidade, alterações que afetaram todos os níveis de ensino ao redor de nosso país. As escolas públicas, que antes se apresentavam em menor número, começaram a ter um aumento significativo de sua presença pelos estados. Nesse período a educação tecnicista foi um dos principais instrumentos utilizados na disseminação da ideologia de Estado que predominava no período da Ditadura Militar, as novas mudanças que estavam ocorrendo trouxeram a formação de um perfil de profissional da educação que se adequasse às novas demandas, vindas da associação da lógica capitalista com o sistema educacional.

Nota-se, assim, que nessa época, o professorado já não portava o perfil do passado, numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites. Agora, em decorrência das mudanças estruturais do país e das reformas educacionais citadas, ele passava a ser uma categoria muito pouco assemelhada à anterior e submetida a condições de vida e de trabalho bastante diversas. Em síntese: o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971, cujos efeitos engendraram uma nova categoria docente e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores (Ferreira Júnior; Bittar, 2006, p. 1.165).

Conforme Ferreira (2006), muitos dos conceitos que se tem firmados sobre a profissão docente foram estabelecidos nesse período. O exacerbado crescimento no número de licenciados, sendo esses docentes não mais pertencentes exclusivamente de camadas médias ou membros da elite, trouxe um novo cenário para a profissão docente, tanto no interior da carreira como no próprio exercício profissional nas escolas, que passaram também a receber um público com características diversas. O crescimento do número de docentes causou arrocho salarial, que permaneceu por todo o período que se estendeu o governo militar.

O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarianização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua

ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979 (Ferreira Júnior; Bittar, 2006, p. 1.166).

De acordo com Ferreira (2006), O arrocho salarial foi uma das marcas que o período da Ditadura Militar deixou na educação, trazendo uma desvalorização para a profissão docente. Os professores da educação básica foram a classe mais prejudicada com esse cenário econômico implantado nesse período. As problemáticas relativas à falta de investimentos na educação e no docente é uma pauta que já se mostrava claramente desde esse período da história do Brasil.

O cenário da carreira docente passou por mudanças importantes no período do Regime Militar, e olhar para esse momento da história do Brasil pode nos demonstrar de maneira mais detalhada como se deu a construção da situação atual na qual se encontra o docente.

O Cenário político do governo 2019 a 2022 e seus impactos na imagem social do docente

O Governo Bolsonaro, que se instaurou no ano de 2019 e se estendeu até o fim de seu mandato no ano de 2022, representou para o campo da Educação um momento desafiador e conflitante, marcado por uma interferência política invasiva sobre a profissão docente.

Nesse período, presenciou-se vários retrocessos na área da educação, inclusive no que se refere aos investimentos e repasses de recursos. O Ministério da Educação chegou a realizar o bloqueio de parte dos recursos financeiros para as instituições de ensino superior, afetando diretamente a área de formação de professores.

Além disso, a fragmentação dos documentos curriculares entre os diferentes níveis da Educação Básica comprometeu o sentido de indissociabilidade atribuído a esse nível educacional, sendo que a aprovação da terceira versão das BNCC do ensino médio ocorreu de forma antidemocrática. Tal aprovação ocorreu mediante o alijamento crescente dos diferentes segmentos da comunidade educacional em relação à produção da última versão, que ficou sob a responsabilidade de representantes do Ministério da Educação (MEC). No decorrer desse processo, as audiências públicas tiveram a presença marcante de representantes do Movimento Escola sem Partido, aspecto que reflete seu caráter contrário ao respeito à diversidade e evidencia a concessão que o MEC tem feito ao conservadorismo no Brasil. (SILVA, 2019, p.12).

Segundo Silva (2019), o aspecto da fragmentação do currículo na perspectiva da educação não foi único âmbito que foi afetado no cenário do Governo Bolsonaro, tendo reflexos na aprovação da terceira versão do documento da BNCC de forma que não houve uma aprovação democrática dos profissionais da área da educação. Outro aspecto a que ainda é citado pela autora se trata do movimento Escola sem Partido, que trazia a pauta política para o âmbito escolar e trazendo um movimento contrário as iniciativas a favor da diversidade, trazendo um cenário conflitante para a educação.

Outro aspecto que transpareceu de maneira evidente no período do respectivo governo foi a evidente guerra ideológica que aflorou nos ambientes escolares, causando represálias aos docentes e ainda a tentativa de mudanças na conceituação de fatos a respeito do período da Ditadura Militar. A divulgação e apoio do Governo ao Movimento Escola Sem Partido também merece destaque, pois demonstra uma direta

interferência política para as escolas, ao mesmo tempo que alegavam que a iniciativa era para a retirada de tais pautas.

Essas são algumas das maiores problemáticas que persistiram na área da educação, entretanto esse governo ainda deixou um cenário conflitante quando o assunto se trata da formação de professores. A Resolução n.º 02/2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), trouxe um cenário conturbado para as instituições de ensino superior e para o processo de formação de futuros profissionais da educação.

[...] As DCN de 2019 assumem uma proposta fragmentária do processo formativo-educativo docente, que já esteve em curso em 1999, ao propor a formação para os professores da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no curso normal superior. Importa destacar que há um movimento articulado dos educadores comprometidos com a educação pública e com um projeto de formação humana, crítico e emancipatório, projeto concebe o professor como intelectual, formado em instituições e cuja referência é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Portelinha, 2021, p. 232).

Segundo Portelinha (2021), ao nós voltamos para os possíveis impactos da implantação da Resolução n.º 02/2019, é perceptível reflexos do cenário político do período ditatorial, similaridades na tentativa de imposição de uma proposta fragmentária para o desenvolvimento do profissional da educação, voltando a trazer um encaminhamento para uma formação tecnicista.

As alterações previstas na respectiva resolução impactam a estruturação do currículo das instituições de ensino superior e, conseqüentemente, a formação de professores, uma vez que se defende no documento uma formação instrumental, voltada para os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), bem como uma separação entre as disciplinas voltadas para formação pedagógica e as disciplinas que tratam dos conteúdos mais específicos de cada licenciatura.

Conforme Portelinha (2021), esse movimento causou uma divisão de opiniões entre os profissionais da Educação. Uma parcela dos educadores defende uma formação mais voltada para o âmbito da aplicação da função, já outra procura um encaminhamento para o currículo que se preocupe não somente com a atividade em sala de aula, mais também uma estruturação que apoie a formação continuada do docente.

Se, de um lado, o movimento dos educadores defende uma formação não dissociada do trabalho docente, com sólida formação teórica e interdisciplinar; a unidade entre teoria e prática, gestão democrática, valorização dos profissionais da educação e condições de trabalho, a pesquisa como princípio educativo e formativo; o professor como intelectual, cuja base assentasse no campo teórico e científico dos fundamentos da educação e das teorias didático pedagógicas articulados à apropriação do conhecimento dos objetos das áreas específicas (Portelinha, 2021, p. 233).

Quando se analisa o cenário atual da educação pós governo dos anos de 2019 a 2022, o aspecto da atividade docente passou por um processo de interferência governamental intensa, e as reajustes no âmbito da formação dos professores, trazendo a mesma a uma perspectiva fragmentada novamente. Pela aplicação da Resolução n.º 02/2019 que trás novamente um enfoque em uma formação que procura realizar uma

formação do profissional da educação com um distanciamento do aspecto científico, trazendo uma aproximação de um modelo de currículo tecnicista.

Em nossos tempos atuais vivemos reflexos do período do governo militar, a área da educação carrega muitos paradigmas provenientes dessa época que ainda se sobressaem através do momento político que os docentes estão passando em nossa atualidade.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos apresentar um paralelo entre os desafios enfrentados pelos professores no período da Ditadura Militar dos anos de 1964 a 1985, e a que os docentes se encontraram nos anos de 2019 a 2022, mostrando algumas similaridades que se refletem em nossa situação atual.

Entre as similaridades, destacamos a falta de investimento na Educação, a forte interferência política e ideológica no currículo da educação básica e, consequentemente, no controle da prática docente, e as alterações curriculares que buscaram fragmentar a formação inicial, encaminhando-a para um viés tecnicista e instrumentalista.

Segundo Severino (2001, p. 19), a pesquisa educacional “não pode deixar de levar em consideração as forças de opressão e de dominação que atuam na rede das relações sociais, que faz da sociedade humana uma sociedade política, hierarquizada e atravessada pelo poder da dominação.”

Analisar os desafios do professor em períodos conturbados para sua classe trabalhadora e a situação pela qual a educação está passando nesse momento, contribui para nos voltarmos para o desenvolvimento de novas estratégias para lidar com os novos desafios que o docente passa no cenário político e social atual.

Referências

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. **Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE**. Educação e Sociedade. V40, p.1-24.

2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/fdCK8QDyRGNwBFWKsMYtvFv/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**, DCNEI. Brasília, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**, DCNEI, Resolução CNE/CEB n. 5. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. A Educação é a Base. Brasília, MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 set. 2023.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2019]. Disponível em: . Acesso em: 1 jun. 2020. Pagina 16

CARVALHO, Maria João; BRÁS, José Viegas; GONÇALVES, Maria Neves. Pela Organização da Escola e do Ensino: o self-government de António Sérgio. **História da Educação Online**, Porto Alegre, v.19, n.46, p. 131-144, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/jbP6t38dbSLqp4mx4ZwYRth/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2021.

COLLIER, Luciana Santos. Educação Física escolares pós pandemia e governo Bolsonaro: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Niterói, v.45, e20230010, p. 1-7, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/yw68dzfPVt3C9W7BvKYTj4d/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores. **Educ. Soc**, Campinas, v.27, n.97, p. 1159-1179, set. /dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/68LFXzgCbjBWcy5m97dXTXC/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FIORENTINI, Dário; CRECCI, Vanessa. Desenvolvimento Profissional DOCENTE: Um Termo Guarda-Chuva ou um novo sentido à formação? **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, v.5, n.8, p. 11-23, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/74>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GIRON, Graziela Rossetto. A Influência da Política, no Planejamento e da Gestão Educacional na Formação Social do Indivíduo. **Educação e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 9, n. 16, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/409/109>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GERMANO, José Willington. *In*: CUNHA, Luiz Antônio. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas. São Paulo: Cortez, 1993.

KUHLMANN, Moysés Jr. A educação Infantil no século XX. *In*: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MEDEIROS, Emerson Augusto; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. **O método (auto) biográfico e de histórias de vida: reflexões** teórico-metodológicas a partir da pesquisa em educação. São Cristóvão, Sergipe, v.11, n.27, p. 149-166, out. /dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/7884>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PORTELINHA, Ângela Maria S. As DCN/2019 para a formação de professores: tensões e perspectivas para o curso de Pedagogia. **Práxis Educacional**, v. 17, p. 1-21, 2021, maio Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n46/2178-2679-apraxis-17-46-216.pdf>.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Reflexividade Narrativa e Poder Auto(trans)formador. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v.17, n.44, p. 93-133. Jan/mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8018>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SCHABBACH, Leticia Maria; GARCIA, Karin Comandulli. Novos autores nas políticas educacionais: o Ministério Público e o Tribunal de Contas. **Escola de Humanidades**, Porto Alegre, p. 130-143. Jan/abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/zRmppCstXYRKY67p6Yr4LWn/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2021.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. A construção de base comum nacional para a formação de profissionais da educação no Brasil. **Revista de Educação da Univali**, Contra Pontos, ano 1, n.º 1, Itajaí, jan./jun. 2001.

SEVERINO, A. J. A Pesquisa em Educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **Contrapontos**, Itajaí, v. 1, n. 1, p. 11-22, jan./jun. 2001.

SILVA, Maria Vieira. Cenário econômico e político mundial e tensões contemporâneas na educação: narrativas e concepções de pesquisadores no vi seminário da educação brasileira. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0224315, p. 1-18. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/f5bqPfTrVwYr6hfsdKCXFRw/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa Biográfica e Entrevista Narrativa. **Neue Práxis**, 1, p. 283-293. 1983. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/138j-h8bCSnXFqO9Dnt6_JcjD4sBwAjP5 Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, Hermilio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 359-382, maio. /ago., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/67fCfHcYWS4xWZwGV9cK6RC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v.39, n.1, p. 39-50, jan. /abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/11344>. Acesso em: 23 ago. 2023.